

BC explica detalhes da operação

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O fechamento definitivo do acordo de renegociação da dívida externa brasileira, um total de US\$ 31 bilhões, foi anunciado ontem também oficialmente em Brasília pelo diretor para Assuntos de Dívida Externa do Banco Central, Antonio de Pádua Seixas. Ele adiantou que a partir da próxima semana serão divulgadas as normas para o reempréstimo, em cruzados, de parte dos US\$ 6,788 bilhões das amortizações vencidas e não pagas em 1985. Somente as empresas privadas terão acesso a esses recursos, para os quais serão fixados tetos mensais.

No projeto de reescalonamento das amortizações de 1985, o volume de adesões chegou a US\$ 6,761 bilhões do total de US\$ 6,788 bilhões, havendo uma diferença de apenas US\$ 27 milhões (ver quadro). Quanto às linhas de crédito de curto prazo para financiamento de operações de comércio (importações e exportações), o volume de adesões foi menor, chegando a US\$ 9,554 bilhões, do total renegociado de US\$ 9,972 bilhões (95,8%). Quanto às linhas de curto prazo interbancárias, o volume de adesões atingiu 96,86% do total de

US\$ 5,422 bilhões. Alguns bancos não assinaram o acordo embora houvessem manifestado previamente a sua aceitação (com commitment).

Pádua Seixas disse que o Mellon Bank (de porte médio dos EUA) aderiu ao projeto das amortizações, mas rejeitou a ingressar como cotista das linhas interbancárias e comerciais. "A não assinatura dos projetos não significa necessariamente que os bancos vão retirar as linhas de crédito. Alguns preferem trabalhar voluntariamente, enquanto outros simplesmente cortam os financiamentos", disse Pádua Seixas.

As linhas comerciais e interbancárias vigoram até 31 de março próximo, havendo uma cláusula que diz que se até lá não foram concluídas as renegociações para a renovação, os créditos continuam vigorando até junho. Existe um prazo teórico até 30 de abril para o Brasil e os bancos acertarem o reescalonamento da dívida vencida de 1986. A dívida relativa a 1985 foi renegociada com sete anos para pagamento com cinco de carência.

A taxa básica de referência das amortizações de 1985/86 é a *libor* vigente em Londres. Segundo Seixas,

só o fato do Brasil ter conseguido trocar a taxas de juros da *prime-rate* (de Nova York) para a *libor* houve um ganho de 1,5%, que somado à eliminação das comissões e da redução do *spread*, o benefício em termos de economia somou algo em torno de US\$ 320 milhões. O *spread* (taxa de

risco) caiu de 1,785 para 1,125% para a dívida do setor público. Para os débitos do setor privado brasileiro, o abatimento foi de cerca de 2% para 1,25%. As taxas antigas, a *prime* bem como os *spreads*, continuam valendo para os débitos anteriores a 1985 e 1986, até que haja um novo acordo.

Plano Brasileiro de Financiamento 1985/1986

	Projeto B		Projeto C		Projeto D	
	Valor	P/C	Valor	P/C	Valor	P/C
A) Bancos Assistentes	6,761	99,59	9,554	95,80	5,252	96,86
B) Bancos não assistentes	27	0,41	418	4,20	170	3,14
(I) Com Commitment	5	0,09	9	0,09	1	0,02
(II) Respostas Condicionadas	11	0,16	106	1,07	53	0,97
(III) Respostas negativas	3	0,05	303	3,04	116	2,15
(IV) Sem resposta	8	0,11	0	0	0	0
C) Total (A+B)	6,788	100,00	9,972	100,00	5,422	100,00

Fonte: Banco Central do Brasil

Diretoria para Assuntos da Dívida Externa (Dividex)

Observações

Projeto B/85 = amortizações 1de 1985 projeto C = linhas de crédito de curto prazo para financiamento de operações de comércio
Projeto D = linhas de crédito de curto prazo interbancárias valor expresso em US\$ milhões.